



M0748006N



CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA – PR



FUNDAÇÃO DE
APOIO À UNESPAR
CAMPUS DE PARANAVAI

EDITAL Nº 172/2015 – REGIME ESTATUTÁRIO

CONTADOR - SERVIÇOS DE CONTABILIDADE

NOME DO CANDIDATO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Você recebeu do fiscal este **CADERNO DE QUESTÕES** com **100 (cem)** itens da prova objetiva, corretamente ordenados de **1 a 100** sem falhas ou repetições, e a prova discursiva, seguida de uma página para rascunho.

MATÉRIA	QUESTÕES
LÍNGUA PORTUGUESA	01 a 20
INFORMÁTICA	21 a 30
CONHECIMENTOS GERAIS	31 a 40
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	41 a 100
DISCURSIVA	---

Sobre a carteira, está disponível a **FOLHA DE RESPOSTA PERSONALIZADA** para transcrever as respostas da prova objetiva. Na Folha de Respostas, realize a conferência de seu nome completo, do número de seu documento e do número de sua inscrição. As divergências devem ser comunicadas ao fiscal para as devidas providências.

- Este Caderno de Questões não deve ser folheado antes da autorização do Fiscal.
- Observe se o **Cargo** especificado no Caderno de Questões é o correspondente ao cargo no qual você fez a inscrição. Caso não esteja correto, solicite a substituição para o Fiscal de sala, o qual deverá lhe fornecer o Caderno de Questões correto.
- Após ser autorizado pelo Fiscal, verifique se o Caderno de Questões está completo, sem falhas de impressão, e se a numeração das questões está correta.
- Utilize, obrigatoriamente, **Caneta Esferográfica Transparente**, com tinta de cor azul ou preta na marcação da Folha de Respostas.
- Leia atentamente cada item da prova objetiva e assinale na Folha de Respostas (C) para item CERTO e (E) para item ERRADO.**
- A Folha de Respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou conter qualquer marcação fora dos campos destinados.
- Você dispõe de **04 (quatro)** horas para fazer a prova, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Faça com tranquilidade, mas controle seu tempo.
- Iniciada a prova, somente será permitido deixar definitivamente a sala após 60 (sessenta) minutos.
- Após o término da prova, entregue ao Fiscal a **FOLHA DE RESPOSTAS** devidamente assinada.
- Somente será permitido levar o **CADERNO DE QUESTÕES** se o candidato permanecer na sala até os últimos 30 (trinta) minutos que antecedem o encerramento da prova.
- SERÁ ELIMINADO** do Concurso Público o candidato que:
 - Deixar o local de realização da prova objetiva sem a devida autorização.
 - Tratar com falta de urbanidade os examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes.
 - Proceder de forma a tumultuar a realização da prova objetiva.
 - Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por quaisquer meios e usar de meios ilícitos para obter vantagens para si ou para outros.
 - For surpreendido portando ou manuseando aparelho eletrônico nas demais dependências do estabelecimento durante a realização da prova objetiva.
 - Caso qualquer equipamento venha a emitir ruídos sonoros, mesmos que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences, durante a realização da prova.
- Qualquer tentativa de fraude, se descoberta, implicará em imediata denúncia a Polícia Civil, que tomará as medidas cabíveis, inclusive com prisão em flagrante dos envolvidos.
- Os **03 (três) últimos candidatos** só poderão sair da sala juntos, após o fechamento do envelope contendo a lista de presença, a ata e as Folhas de Respostas da sala. Esses candidatos deverão assinar o envelope de retorno de provas.
- O candidato que terminar sua prova não poderá utilizar os banheiros destinados aos candidatos que ainda estiverem realizando.
- Está disponível na última folha do Caderno de Questões um gabarito para ser preenchido e destacado. Este pode ser levado pelo candidato.**

Só idosos têm AVC? Sequela é para sempre? O que você sabe sobre a doença? De Noelle Marques

Durante uma visita ao Brasil, o pai do cantor Michael Jackson sofreu um Acidente Vascular Cerebral (AVC) isquêmico associado a um quadro de arritmia cardíaca. Joe Jackson ficou internado durante oito dias no Hospital Albert Einstein, em São Paulo.

O empresário norte-americano foi vítima do tipo mais comum de AVC, que é quando uma artéria do cérebro entope. O outro tipo é o hemorrágico, conhecido como derrame, que é quando um vaso se rompe e extravasa sangue para o cérebro. De acordo com a coordenadora do Departamento Científico de Doenças Cerebrovasculares, Neurologia Intervencionista e Terapia Intensiva em Neurologia da Academia Brasileira de Neurologia (ABN), Gisele Sampaio Silva, quando o paciente chega a uma unidade hospitalar dentro de 4h30 é possível tratá-lo com um medicamento chamado trombolítico, no caso do isquêmico, que desfaz o coágulo e normaliza o fluxo sanguíneo até o cérebro. Caso isto seja possível, a chance de se ter uma sequela diminui consideravelmente.

"Se o tratamento for feito de maneira rápida, se a artéria foi recanalizada rapidamente, o paciente pode sair totalmente sem sequelas", diz a especialista.

Existem também os pequenos AVCs, chamados de lacuna, que podem ocorrer várias vezes sem que a pessoa perceba, explica o neurologista do Hospital Alemão Oswaldo Cruz Leandro Gama.

Este tipo da doença, a longo prazo, pode afetar a memória do paciente. O grande problema, segundo o especialista, é que as pessoas não se atentam aos sintomas e perdem tempo para iniciar o tratamento. "Os cinco principais sinais de que se está tendo um AVC são fraqueza de um lado do corpo, dormência de um lado do corpo, perda de visão súbita, dificuldade para falar e, por último, uma forte tontura".

Idosos

A doença não afeta exclusivamente pessoas idosas, apesar de ser mais comum em quem tem acima de 55 anos.

"Quando a gente fala em AVC em jovem, nós também apontamos casos em pessoas abaixo dos 55 anos. O fator mais comum em crianças são doenças genéticas. Já nos jovens, é a dissecação das artérias do pescoço, que é quando há uma lesão na parede do vaso que leva o sangue ao cérebro. Esta lesão pode ocorrer por causa de um trauma, por exemplo, como a batida de um carro", diz Gama.

Entretanto, segundo Gama, os jovens possuem uma maior neuroplasticidade no cérebro, que faz com que outros neurônios cubram a função dos que morreram durante o AVC, fazendo com que o paciente se recupere em até 100%.

Segundo os especialistas, a melhor forma de se combater um AVC é a prevenção. Uma boa dieta, associada com exercícios físicos, o controle da pressão arterial, do diabetes, do colesterol e do triglicérido diminuem as chances de o

indivíduo ter a doença. "Toda vez que a gente fala em uma prevenção, falamos tanto da primária, que é para o indivíduo nunca ter a doença, e da secundária, que é o paciente que já teve o AVC e que deve se prevenir para não ter outro", afirma Gama.

Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2015/08/10.htm>

Com relação às ideias abordadas no texto, analise os itens a seguir:

1. **(C) (E)** O texto procura esclarecer quais são os sintomas de um AVC, chama a atenção para a necessidade de rapidez no início do tratamento e apresenta formas para prevenir o AVC.
2. **(C) (E)** De acordo com o texto, apenas as pessoas idosas estão sujeitas a sofrerem um AVC.
3. **(C) (E)** Segundo o texto, é bastante difícil identificar quando uma pessoa está sofrendo um AVC, pois os sintomas não são muito perceptíveis.
4. **(C) (E)** A rapidez no início do tratamento uma vez identificado o AVC pode diminuir, consideravelmente, os riscos de sequelas.
5. **(C) (E)** De acordo com o texto, alimentação saudável, prática de atividade física e estar com os exames médicos em dia, são as principais formas de prevenção contra o AVC.

O pronome é uma classe de palavras que serve para substituir um nome, ou para indicar as pessoas do discurso. O pronome também pode auxiliar na organização do texto como elemento de coesão. O advérbio, por sua vez, é uma classe que serve para modificar o sentido do verbo, do adjetivo e do próprio advérbio. Com relação ao emprego de pronomes e advérbios no texto, analise os itens a seguir:

6. **(C) (E)** Na frase, "A doença não afeta exclusivamente pessoas idosas", a palavra destacada é um advérbio, pois modifica o sentido do verbo, atribuindo-lhe uma ideia de intensidade.
7. **(C) (E)** O advérbio destacado no período do item anterior pode ser substituído pelo advérbio "somente", sem que isso altere o sentido da frase.
8. **(C) (E)** O advérbio destacado na frase do item 6 exprime sentido de exclusão.
9. **(C) (E)** Na frase: "Toda vez que a gente fala em uma prevenção [...]", há a expressão "a gente", que, no Português do Brasil, é utilizada como pronome de primeira pessoa do plural.

10. **(C) (E)** Na frase: “[...] nós também apontamos casos em pessoas abaixo dos 55 anos”, a palavra destacada é um pronome pessoal e desempenha a função de objeto direto do verbo “apontamos”.

A coerência e a coesão são elementos indispensáveis na construção textual, pois contribuem para que o texto seja uma unidade de sentido e não um aglomerado de frases sem nenhuma relação. Enquanto a coerência está relacionada ao sentido lógico das ideias abordadas no texto, a coesão refere-se aos mecanismos linguísticos utilizados para organizar o texto. Com base nessas considerações, avalie os itens seguintes:

11. **(C) (E)** O texto não apresenta problema de coerência, uma vez que as ideias estão organizadas de forma lógica, sem contradição entre elas.
12. **(C) (E)** Há um grave problema de incoerência no texto, pois o vocabulário utilizado está repleto de termos técnicos da área médica, o que prejudica, significativamente, a compreensão do texto.
13. **(C) (E)** No texto, o autor utiliza formas diferentes para se referir ao pai de Michael Jackson. Isso consiste numa estratégia de coesão muito utilizada na produção textual, para evitar a repetição de nomes e expressões, que podem tornar o texto enfadonho e cansativo.
14. **(C) (E)** No período: “Caso isto seja possível, a chance de se ter uma seqüela diminui consideravelmente”, o pronome demonstrativo “isto” funciona como elemento coesivo, pois serve para antecipar para o leitor uma ideia que ainda será inserida no texto.
15. **(C) (E)** No período: “[...] há uma lesão na parede do vaso que leva o sangue ao cérebro [...]”, o pronome relativo “que” é um elemento coesivo, uma vez que resgata o antecedente, evitando sua repetição.

Com relação ao emprego dos conectivos, no texto, avalie os itens seguintes:

16. **(C) (E)** No período: “O empresário norte-americano foi vítima do tipo mais comum de AVC, que é quando uma artéria do cérebro entope”, o conectivo destacado exprime a noção de tempo.
17. **(C) (E)** No período: “O grande problema, segundo o especialista [...]”, o conectivo destacado pode ser substituído pela conjunção “conforme”, sem que isso altere o sentido da frase.

18. (C) (E) No período: “[...] as pessoas não se atentam aos sintomas [...]”, é uma conjunção que indica condição.
19. (C) (E) O conectivo “caso” é equivalente, semanticamente, à conjunção destacada no período: “Se o tratamento for feito de maneira rápida, se a artéria foi recanalizada rapidamente, o paciente pode sair totalmente sem sequelas”.
20. (C) (E) No período: “[...] apesar de ser mais comum em quem tem acima de 55 anos”, a locução destacada indica concessão.

INFORMÁTICA

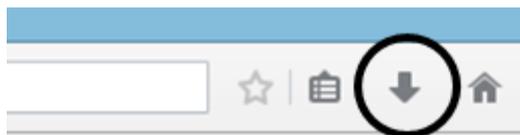
Acerca dos Softwares Aplicativos do Microsoft Office e do Sistema Operacional Windows 7, em sua configuração PADRÃO, versão em português, julgue os itens a seguir:

21. (C) (E) Considerando o gerenciador de arquivos Windows Explorer, para excluir um arquivo permanentemente, basta selecionar o arquivo desejado, executar a tecla de atalho Shift+DEL e em seguida confirmar o procedimento clicando no botão SIM.
22. (C) (E) A tecla WinKey () exerce a mesma funcionalidade da tecla Ctrl, ou seja, para copiar um arquivo, pode ser utilizada a tecla de atalho Ctrl+C ou Winkey+C.
23. (C) (E) No MS-Word 2007, o ícone  tem a função de colocar o texto selecionado em ordem alfabética ou classificar dados numéricos.
24. (C) (E) No MS-Excel 2007, para a construção de fórmulas, ao fazer referência a uma determinada célula, deve ser utilizado o número da linha, seguido da letra que representa a coluna da respectiva célula. Ex: 2B.
25. (C) (E) No MS-Word 2007, ao clicar em uma palavra do texto e em seguida executar a tecla de atalho Ctrl+R, todo o parágrafo onde a respectiva palavra se encontra será centralizado.

Acerca dos conceitos básicos de ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet, julgue os itens a seguir:

26. (C) (E) A utilização de Hashtag é bastante comum entre os usuários das redes sociais. Trata-se da utilização do símbolo # antes de uma palavra-chave.
27. (C) (E) Considerando o navegador Google Chrome, versão 44, em português, para que as páginas visualizadas não sejam armazenadas no histórico do navegador, basta utilizar o modo de navegação anônima.

28. (C) (E) Considerando o navegador Mozilla Firefox, versão 40, o ícone circulado na imagem a seguir permite que o usuário acompanhe o andamento dos downloads.



29. (C) (E) Considerando o motor de busca www.google.com.br, ao pesquisar uma palavra em inglês, como por exemplo "school" ou "cat", serão exibidas apenas páginas do respectivo idioma inglês.
30. (C) (E) Quanto ao envio e recebimento de e-mails, o campo CC permite o envio de email anônimo, ocultando o endereço de email do remetente, recurso muito utilizado para a divulgação de produtos e serviços na internet.

CONHECIMENTOS GERAIS

Em seu sentido tradicional, a cidadania expressa um conjunto de direitos e de deveres que permite aos cidadãos o direito de participar da vida política e da vida pública, podendo votar e serem votados, participando ativamente na elaboração das leis e do exercício de funções públicas, por exemplo. Hoje, no entanto, o significado da cidadania assume contornos mais amplos, que extrapolam o sentido de apenas atender às necessidades políticas e sociais, e assume como objetivo a busca por condições que garantam uma vida digna às pessoas. Dado o contexto, julgue as assertivas:

31. (C) (E) Hoje a cidadania está pautada na democracia, na justiça, na igualdade, na equidade e na participação ativa de todos os membros da sociedade.
32. (C) (E) Promover a diversidade e estimular o conflito de ideias, reavivar as influências da cultura, os sentimentos e emoções presentes nas relações do sujeito consigo mesmo é a base fundamental da cidadania moderna.
33. (C) (E) Os debates nacionais dentro da educação para cidadania não primam mais pelo objetivo explícito de formação ética e moral das futuras gerações.
34. (C) (E) A cidadania é comportamento do cidadão diante do grupo e a ética está relacionada à opção, ao desejo de realizar a vida, mantendo com os outros relações justas e aceitáveis.
35. (C) (E) Incentivar o exercício da cidadania e defender os Direitos Humanos, por meio dos conselhos de direito, estimulando o desenvolvimento de Políticas Públicas que garantam sua efetiva existência em nossa sociedade é um dos objetivos da Coordenadoria dos Direitos do Cidadão no Paraná.

Quais são os fundamentos da Lei Municipal nº 4.928 de 17 de janeiro de 1992-Londrina PR?

36. **(C) (E)** Dispõe sobre o Programa Institucional de Admissão dos Servidores das Autarquias do Paraná com base na CLT/Brasil.
37. **(C) (E)** Esta Lei institui o Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Londrina.
38. **(C) (E)** Esta Lei criada em 1992 já foi substituída pela lei 8897/2015 com a mesma finalidade da anterior.
39. **(C) (E)** Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina Versão Vigente – Atualizada até Lei nº 11. 876 de 15.07.2013 - J.O. nº 2214 , de 17.07.2013 Gerência de Gestão de Carreiras.
40. **(C) (E)** Dispõe sobre o Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina-PR.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Segundo a NBC T 16.2 – Patrimônio e Sistemas Contábeis, o patrimônio público é fundamentado nos seguintes conceitos:

41. **(C) (E)** Circulante é o conjunto de bens e direitos realizáveis e obrigações exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis.
42. **(C) (E)** Não Circulante é o conjunto de bens e direitos realizáveis e obrigações exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.
43. **(C) (E)** Ativos são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
44. **(C) (E)** Passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
45. **(C) (E)** Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

A Estrutura das NOTAS EXPLICATIVAS às DCASP devem seguir os critérios apresentados a seguir:

46. **(C) (E)** As notas explicativas devem ser apresentadas de forma sistemática. Cada quadro ou item a que uma nota explicativa se aplique deverá ter referência cruzada com a respectiva nota explicativa.
47. **(C) (E)** Uma mudança de método de avaliação é uma mudança na estimativa contábil e não uma mudança na política contábil, portanto, fica dispensada a evidenciação em notas explicativas.
48. **(C) (E)** São exemplos de informações gerais: natureza jurídica da entidade, domicílio da entidade, natureza das operações e principais atividades da entidade e declaração de conformidade com a legislação, e com as normas de contabilidade aplicáveis.
49. **(C) (E)** O Resumo das políticas contábeis significativas é representado por: bases de mensuração utilizadas, por exemplo, custo histórico, valor realizável líquido, valor justo ou valor recuperável; novas normas e políticas contábeis alteradas; e julgamentos pela aplicação das políticas contábeis.
50. **(C) (E)** Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis pela ordem em que cada demonstração e cada rubrica sejam apresentadas.

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução do patrimônio líquido da entidade. Dentre os itens demonstrados, podemos citar:

51. **(C) (E)** Patrimônio Social compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.
52. **(C) (E)** Adiantamento para Futuro Aumento de Capital compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução desses recursos.
53. **(C) (E)** Reservas de Capital compreendem as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.
54. **(C) (E)** Reservas de Lucros compreendem os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).
55. **(C) (E)** Resultados Acumulados compreendem o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. A conta Ajustes de Exercícios

Anteriores, que registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, integra a conta Resultados Acumulados.

A Demonstração do Fluxo de Caixa aplicada ao Setor Público deve ser elaborada pelo método direto e deve evidenciar as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas nos seguintes fluxos, de acordo com as atividades da entidade:

56. (C) (E) Ingressos das Atividades Operacionais compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências recebidas.
57. (C) (E) Desembolsos das Atividades Operacionais compreendem as despesas relativas às atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida e as transferências concedidas.
58. (C) (E) Ingressos das Atividades de Investimento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.
59. (C) (E) Desembolsos das Atividades de Investimento compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes e as concessões de empréstimos e financiamentos.
60. (C) (E) Ingressos das Atividades de Financiamento compreendem as receitas referentes à alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos.

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará o resultado patrimonial do período, é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, de acordo com as seguintes definições de variações patrimoniais:

61. (C) (E) Aumentativas: Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria compreendem toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

62. **(C) (E)** Aumentativas: Financeiras compreendem a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias.
63. **(C) (E)** Aumentativas: Outras Variações Patrimoniais Aumentativas compreendem o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos etc.
64. **(C) (E)** Diminutivas: Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreendem diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.
65. **(C) (E)** Diminutivas: Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras. Compreendem descontos obtidos, juros auferidos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, entre outros.

O Plano de Contas aplicado ao Setor Público – PCASP está estruturado de acordo com as seguintes naturezas das informações contábeis:

66. **(C) (E)** Natureza de Informação Financeira: permite a análise de crédito, do capital de giro, dos índices de liquidez e endividamento.
67. **(C) (E)** Natureza de Informação Fiscal: permite a análise dos impostos federais, estaduais e municipais.
68. **(C) (E)** Natureza de Informação Orçamentária: registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.
69. **(C) (E)** Natureza de Informação Patrimonial: registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público.
70. **(C) (E)** Natureza de Informação de Controle: registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.

O Plano de Contas aplicado ao Setor Público – PCASP possui a estrutura básica da seguinte forma:

71. **(C) (E)** Controles Devedores: Execução dos Atos Potenciais; Execução da Administração Financeira; Execução da Dívida Ativa; Execução dos Riscos Fiscais; Execução dos Consórcios Públicos; Apuração de Custos; e Outros Controles.
72. **(C) (E)** Controles Credores: Atos Potenciais; Administração Financeira; Dívida Ativa; Riscos Fiscais; Consórcios Públicos; Custos; e Outros Controles.
73. **(C) (E)** Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento: Planejamento Aprovado; Orçamento Aprovado; e Inscrição de Restos a Pagar.
74. **(C) (E)** Controles da Execução do Planejamento e Orçamento: Execução do Planejamento; Execução do Orçamento; e Execução de Restos a Pagar
75. **(C) (E)** Controles Externos: é aquele exercido pela entidade ou órgão que é o responsável pela atividade controlada, no âmbito de sua própria estrutura. Todo superior hierárquico poderá exercer controle administrativo nos atos de seus subalternos, sendo, por isso, responsável por todos os atos praticados em seu setor por servidores sob seu comando.

As normas que tratam da responsabilidade do auditor independente para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis e da forma e do conteúdo do relatório emitido como resultado da auditoria de demonstrações contábeis estão previstas na NBC TA 700, NBC TA 705 e NBC TA 706. Os tipos de opinião são:

76. **(C) (E)** Opinião sem ressalva: emitido quando o auditor está convencido sobre todos os aspectos relevantes dos assuntos tratados no âmbito de auditoria, a opinião do auditor independente deve expressar essa convicção de forma clara e objetiva.
77. **(C) (E)** Opinião com ressalva: o auditor deve expressar uma opinião quando ele, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis; ou ele não consegue obter evidência apropriada e suficiente de auditoria para suportar sua opinião, mas ele conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes, mas não generalizados.
78. **(C) (E)** Opinião adversa: o auditor deve abster-se de expressar uma opinião quando não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para suportar sua opinião e ele conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes e generalizadas.

79. **(C) (E)** Abstenção de opinião: o auditor deve expressar uma opinião quando, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis.
80. **(C) (E)** Parágrafo de ênfase: é o parágrafo incluído no relatório de auditoria referente a um assunto apropriadamente apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis que, de acordo com o julgamento do auditor, é de tal importância, que é fundamental para o entendimento pelos usuários das demonstrações contábeis.

Os procedimentos de perícia contábil visam fundamentar as conclusões que serão levadas ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil, e abrangem, total ou parcialmente, segundo a natureza e a complexidade da matéria, tais como:

81. **(C) (E)** A mensuração é a determinação de valores ou a solução de controvérsia por critério técnico-científico.
82. **(C) (E)** A indagação é a busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou de fato relacionado à perícia.
83. **(C) (E)** A certificação é o ato de atestar a informação trazida ao laudo pericial contábil pelo perito-contador, conferindo-lhe caráter de autenticidade pela fé pública atribuída a este profissional.
84. **(C) (E)** A investigação é a pesquisa que busca trazer ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil o que está oculto por quaisquer circunstâncias.
85. **(C) (E)** O arbitramento é o ato de qualificação e quantificação física de coisas, bens, direitos e obrigações.

As regras para a fiscalização contábil, financeira e orçamentária prevista na Lei Orgânica do Município de Londrina/PR estão descritas na Seção X:

86. **(C) (E)** A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da Administração Direta, Indireta e Fundacional, quanto à legalidade, à legitimidade, à economicidade, à aplicação das subvenções e às renúncias de receitas será exercida pela Câmara Municipal mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada poder.
87. **(C) (E)** O Prefeito prestará contas anuais da administração financeira geral do Município à Câmara de Vereadores dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa.

88. **(C) (E)** As contas do Município ficarão à disposição dos contribuintes, na Câmara Municipal, durante 360 (trezentos e sessenta) dias, a partir de 15 de junho de cada exercício, para exame e apreciação.
89. **(C) (E)** Os Poderes Legislativo e Executivo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município.
90. **(C) (E)** As contas relativas a subvenções, financiamentos, empréstimos e auxílios recebidos do Estado ou por seu intermédio serão prestadas em separado diretamente ao Tribunal de Contas.

O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, com base na Lei Complementar nº 101/2000, fiscalizarão o cumprimento das normas:

91. **(C) (E)** É permitido o recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação.
92. **(C) (E)** Limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar.
93. **(C) (E)** Medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, previstos nesta lei.
94. **(C) (E)** Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária será permitida no último ano de mandato Prefeito Municipal.
95. **(C) (E)** Cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

A Lei de Orçamento nº 4.320/64 poderá conter autorização ao Executivo para:

96. **(C) (E)** Abrir créditos suplementares até determinada importância, obedecidas às disposições do artigo 43.
97. **(C) (E)** É permitido aos Municípios empenhar, no último mês do mandato do Prefeito, mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente.
98. **(C) (E)** Realizar em qualquer mês do exercício financeiro operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.
99. **(C) (E)** Em casos de déficit, a Lei de Orçamento indicará as fontes de recursos que o Poder Executivo fica autorizado a utilizar para atender a sua cobertura.

100. (C) (E) Os Municípios, no mesmo período, podem assumir, por qualquer forma, compromissos financeiros para execução depois do término do mandato do Prefeito.

INFORMAÇÕES SOBRE A QUESTÃO DISCURSIVA

De acordo com Edital de Abertura em seus subitens:

13.5 A folha da VERSÃO DEFINITIVA será o único documento válido para a avaliação da prova discursiva. As folhas para rascunho, no caderno de questões, são de preenchimento facultativo e não valerão para a finalidade de avaliação da prova discursiva.

13.6 O candidato disporá de, no máximo, 15 (quinze) linhas para elaborar a resposta da prova discursiva, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 15 (quinze) linhas permitida para a elaboração de seu texto.

13.7 A omissão de dados, que forem legalmente exigidos ou necessários para a correta solução das questões, acarretará em descontos na pontuação atribuída ao candidato.

13.8 O candidato terá sua prova discursiva avaliada com nota 0 (zero) em caso de: a) não atender ao tema proposto e ao conteúdo avaliado; b) manuscruver em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado neste Edital; c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor; d) redigir seu texto a lápis, ou à tinta em cor diferente de azul ou preta; e) não apresentar as questões redigidas na FOLHA DA VERSÃO DEFINITIVA ou entregar em branco; f) apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

QUESTÃO DISCURSIVA

Aspectos da contabilidade aplicada ao setor público (CASP)

A ciência contábil no Brasil vem passando por significativas transformações rumo à convergência aos padrões internacionais. O processo de evolução da contabilidade do setor público deve ser analisado de forma histórica e contextualizada com o próprio processo de evolução das finanças públicas.

Nesse sentido, o primeiro marco histórico foi a edição da Lei nº 4.320/1964, que estabeleceu importantes regras para propiciar o controle das finanças públicas, bem como a construção de uma administração financeira e contábil sólida no País, tendo como principal instrumento o orçamento público.

Deste modo, o orçamento público ganhou significativa importância no Brasil. Como consequência, as normas relativas a registros e demonstrações contábeis, vigentes até hoje, acabaram por dar enfoque, sobretudo, aos conceitos orçamentários, em detrimento da evidenciação dos aspectos patrimoniais.

Outro importante avanço na área das finanças públicas foi a edição da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabeleceu para

toda a Federação, direta ou indiretamente, limites de dívida consolidada, garantias, operações de crédito, restos a pagar e despesas de pessoal, dentre outros, com o intuito de propiciar o equilíbrio das finanças públicas e instituir instrumentos de transparência da gestão fiscal.

A LRF estabeleceu, ainda, a exigência de realizar-se a consolidação nacional das contas públicas. Esta competência é exercida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio da publicação anual do Balanço do Setor Público Nacional (BSPN), congregando as contas da União, estados, Distrito Federal e municípios.

Tendo em vista essa competência, a Portaria MF nº 184/2008 e o Decreto nº 6.976/2009 determinam que a STN, enquanto órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, edite normativos, manuais, instruções de procedimentos contábeis e plano de contas de âmbito nacional, objetivando a elaboração e publicação de demonstrações contábeis consolidadas. Tais instrumentos estão em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e buscam a convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público – *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) – editadas pelo *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB).

A necessidade de evidenciar com qualidade os fenômenos patrimoniais e a busca por um tratamento contábil padronizado dos atos e fatos administrativos no âmbito do setor público tornou imprescindível a elaboração de um plano de contas com abrangência nacional. Este plano apresenta uma metodologia, estrutura, regras, conceitos e funcionalidades que possibilitam a obtenção de dados que atendam aos diversos usuários da informação contábil.

Dessa forma, a STN editou o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), com abrangência nacional, que permitem e regulamentam o registro da aprovação e execução do orçamento, resgatam o objeto da contabilidade – o patrimônio, e buscam a convergência aos padrões internacionais, tendo sempre em vista a legislação nacional vigente e os princípios da ciência contábil.

Fonte: Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público – MCASP (6ª edição)

O texto acima foi retirado do Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público – MCASP (6ª edição) aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios e válido a partir do exercício de 2015. Nesse contexto, é importante compreender os diferentes aspectos da contabilidade aplicada ao setor público (CASP) – orçamentário, patrimonial e fiscal, de modo a interpretar corretamente as informações contábeis. Explique os principais aspectos:

- Orçamentário.
- Patrimonial.
- Fiscal.

RASCUNHO

Destaque Aqui



.....

GABARITO
CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA – PR Edital Nº 172/2015
<http://www.fundacaofafipa.org.br/concurso>

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32
33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48
49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64
65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
97	98	99	100												